



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**

CONTRATO Nº 00011/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, E, DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA SAMSEG SEGURANÇA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NAS DEPENDÊNCIAS DA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO-AHSFRA, NA FORMA ABAIXO:

(1) DAS PARTES

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, com sede na capital do Distrito Federal – Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, doravante simplesmente denominado DNIT ou CONTRATANTE, através da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, simplesmente denominada SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.892.707/0024-05, representada pelo seu Superintendente Regional, conforme Portaria de Delegação de Competência nº 305, de 07/03/2007, FABIANO MARTINS CUNHA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 125417 CREA/MG, inscrito no CPF (MF) sob o nº 855.813.486-34, nomeado através da Portaria nº 3, datada de 07/01/2016, do Ministro de Estado dos Transportes, e do outro lado, a empresa SAMSEG SEGURANÇA LTDA, ou CONTRATADA, com sede à Rua Ouro Preto, nº 81, Bairro Jardim Cambui, Sete Lagoas/MG, CEP 35700-067, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.335.565/0001-06, representada por NIZA TOLENTINO DUARTE, portadora da CI nº MG-16.223.988, SSP/MG, e CPF nº 073.068.846-11, conforme documento que fica arquivado no setor competente.

(2) DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO - O presente contrato fundamenta-se nas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, nos Decretos nº 5.450/05 e 6.204/07, na IN 02/10 SLTI/MP, e, subsidiariamente, nas Leis nº 8.666/1993 e 9.784/99, o Decreto 3.555/00, alterado pelos Decretos 3.693/00 e 3.784/01, e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão n.º 534/2015, constante do processo administrativo nº 50606.002682/2015-39.

As partes têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo nº 50606.002682/2015-39, cujo resultado foi homologado em data de 30/12/2015, pelo Superintendente Regional no Estado de Minas Gerais, mediante as cláusulas e condições que se seguem:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – Constitui objeto deste Contrato, a execução pela CONTRATADA, dos trabalhos descritos no Termo de Referência/Projeto Básico, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, e assim resumidos quanto a seus elementos essenciais:

(1) LOTE: Único

(2) UNIDADES DA FEDERAÇÃO: HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO – AHSFRA, UNIDADE PORTUÁRIA E UNIDADE CENTRAL- SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE MG.

(3) NATUREZA DOS SERVIÇOS: Prestação de serviços contínuos de vigilância armada, executada de forma direta e contínua, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana, ininterruptamente, com o fornecimento de materiais, equipamentos e toda mão de obra, para as dependências da Hidrovia do São Francisco-AHSFRA, UNIDADE PORTUÁRIA e UNIDADE CENTRAL, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência, e regras e diretrizes dispostas para a contratação de serviços continuados da INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 2, DE 30 DE ABRIL DE 2008 - DOU DE 23/05/2008 combinada com a Portaria nº 07, de 13 de abril de 2015, do MPOG.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, inclusive quanto à habilitação e qualificação da CONTRATADA no certame licitatório, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº. 8.666 de 21.06.93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO – EMPENHO E DOTAÇÃO

(1) DO VALOR - O valor estimado do presente Contrato, a preços iniciais, é de R\$709.999,20 (setecentos e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

(2) - DO EMPENHO E DOTAÇÃO: A despesa, no corrente exercício, na parte nele a ser executada, correrá a conta da dotação do Orçamento do DNIT/2016, Verba 26122212620000001, devidamente empenhada, conforme a Nota de Empenho nº 2016NE800001, datada de 11/01/2016, no valor de R\$23.549,97 (vinte e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa sete centavos), emitida pelo Serviço de Contabilidade e Finanças, a qual fica fazendo parte integrante deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos exercícios seguintes, durante a vigência do contrato, as despesas respectivas serão empenhadas, em relação a parte a ser executada, indicando-se os créditos e empenhos para a sua cobertura em termos aditivos a serem então lavrados pelo DNIT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS UNITÁRIOS – Os preços unitários correspondentes a cada serviço contratado são os constantes da proposta da CONTRATADA, aceita na licitação acima referida, cujas planilhas constituem os



anexos integrantes deste instrumento, devidamente rubricados pelos representantes das partes contratantes.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO E PRORROGAÇÕES – O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado do dia 12 de janeiro de 2016, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e preços contratados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo para a conclusão dos trabalhos definidos na CLÁUSULA PRIMEIRA é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos. Estes prazos serão contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, observados, durante a sua execução, os prazos de etapas quando previsto no cronograma físico que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO – Em garantia da fiel e efetiva execução dos trabalhos contratados, a CONTRATADA prestará caução, no valor de R\$35.499,96 (trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR A PREÇOS INICIAIS DO CONTRATO, a ser efetivada em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do DNIT, da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a execução dos trabalhos, a CONTRATADA reforçará a caução acima referida de modo a perfazer, permanentemente, um total correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual a preços iniciais e reajustamentos, se os houver.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades:

Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

Seguro garantia;

Fiança bancária.

No caso de fiança bancária, esta deverá ser, a critério do licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por três meses além da prorrogação, independente de notificação do **DNIT** sob pena de rescisão contratual.

No caso da opção pelo seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome do **DNIT**, cobrindo o risco de quebra do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por três meses além da prorrogação contratual, independente de notificação do **DNIT**, sob pena de rescisão contratual.

No caso de caução com títulos da dívida pública estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual este informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, **no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão**, ou em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, somente **após comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação**.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa 02/2008."

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do;

Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

PARÁGRAFO SEXTO - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº8.666, de 1993;

PARÁGRAFO SÉTIMO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

PARÁGRAFO OITAVO - A garantia será considerada extinta:



com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

PARÁGRAFO NONO - O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Para a prestação de serviços continuados:

Após a execução do contrato será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008 e autorização expressa a ser concedida pela Contratada no momento da assinatura do contrato.

Para os serviços continuados com uso intensivo de mão de obra com dedicação exclusiva, será exigida garantia válida por 15 (quinze) meses, conforme Art. 19, inciso XIX da IN/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, equivalente a 5%(cinco por cento) do valor total da contratação, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, cabendo-lhe optar por uma das modalidades de garantia prevista no art. 56, § 1º da Lei n.º 8.666/93.

Caso ocorra a prorrogação da vigência do contrato, observadas as disposições constantes no art. 57, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, tomando-se por base o valor atualizado do contrato.

Nas hipóteses em que a garantia for utilizada total ou parcialmente – como para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir, ou ainda nos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal – a CONTRATADA deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, recompor o valor total dessa garantia, sob pena de aplicação da penalidade prevista.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como:

I- Fornecer/executar o objeto da licitação de acordo com as especificações do **Termo de Referência – ANEXO I**, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização do DNIT;

II- Comunicar por escrito ao setor do DNIT responsável pelo recebimento/fiscalização do objeto da licitação, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento do fornecimento/execução do objeto da licitação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

III- Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do edital decorrente;

IV- Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao DNIT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

V- Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do DNIT;

VI- Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

VII- Havendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a alteração subjetiva do contrato ficará condicionada à observância, pela nova empresa, dos requisitos de habilitação de que trata o art. 27 da Lei 8.666/93, segundo as condições originalmente previstas na licitação; à manutenção de todas as condições estabelecidas no contrato original; à inexistência de prejuízo para a execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e à anuência expressa da Administração, após a verificação dos requisitos apontados anteriormente, como condição para a continuidade do contrato.

VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

IX- Possibilitar ao DNIT, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento/execução do objeto da licitação, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;

X- Atender prontamente quaisquer exigências do representante do DNIT, inerentes ao objeto do **Termo de Referência – ANEXO I**;

XI- Cumprir as demais obrigações constantes do **Termo de Referência – ANEXO I**.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO DNIT – Constituem direitos e prerrogativas do DNIT, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei no 8.666 de 21/06/93, e suas alterações posteriores.



6 1



PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes:

- I- Emitir as convocações, as ordens formais de fornecimento/execução, as notas de empenho e o Termo de Contrato (se for o caso) relativos ao objeto da licitação;
- II - Comunicar à empresa contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução do objeto.
- III - Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento/execução em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, e com as especificações deste edital e seus anexos.
- IV -. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.
- V - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação; e
- VI - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- VII - Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência – ANEXO I.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento/execução do objeto, à Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

PARÁGRAFO QUARTO - Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO – O DNIT fiscalizará a execução dos trabalhos, diretamente através de Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Antes da assinatura do contrato e de qualquer alteração ou termo aditivo, deverão ser anexadas ao processo declarações relativas a consulta on-line do SICAF (Art.55, inciso XIII da Lei 8.666/93), acerca da situação cadastral da Contratada, bem como consulta ao CADIN, nos termos do art. 6º, II, da lei nº 10.522/2002.

Assistência Regional no Estado de
Fls 326
RUBRICA
Santos, 09/11/2019

PARÁGRAFO SEGUNDO - As consultas a que se refere o parágrafo anterior deverão ser repetidas antes de cada pagamento das medições, ocorridas no decorrer da contratação. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 78, da Lei nº. 8666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Durante a execução dos trabalhos não serão admitidas paralisações dos serviços por prazo, parcelado ou único, superior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos, salvo por motivo de força maior, aceito por ambas as partes contratantes, excluídas quaisquer indenizações.

PARÁGRAFO QUARTO – Os trabalhos executados somente serão recebidos pelo DNIT, se estiverem de acordo com os Termos de Referência e o Quadro de Quantidades constante do Edital, atendida as especificações fornecidas pelo DNIT bem como em conformidade com as disposições constantes da Lei nº. 8.666 de 21.06.93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO – este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PARAGRAFO ÚNICO - Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO – O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstos na Lei no 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO – DO REAJUSTAMENTO– O pagamento será creditado em nome do contratado, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste edital, após o fornecimento/execução do objeto da licitação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável nos documentos hábeis de cobrança.

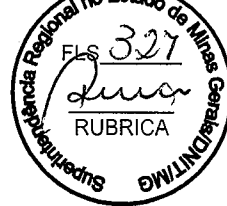
PARÁGRAFO PRIMEIRO - o pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado, desde que o contratado efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para execução do pagamento de que trata o **parágrafo anterior**, o contratado deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, CNPJ nº 04.892.707/0024-05, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor. Nos casos de contratação de serviços de cessão de mão-de-obra, haverá regra específica no edital.

PARÁGRAFO QUINTO - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela contratada diretamente ao responsável pelo recebimento do objeto, que atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o DNIT.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12.

PARÁGRAFO OITAVO - Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

PARÁGRAFO NONO - A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:



EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = $\frac{(TX)}{365}$ $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$
TX = Percentual da taxa anual = 6%

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O pagamento será efetuado somente após as notas fiscais ou faturas serem conferidas, aceitas e atestadas pelo Fiscal do Contrato, sendo precedido de consulta ao SICAF, para comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 27 a 32 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Na hipótese de irregularidade da Contratada no Cadastro ou Habilitação junto ao SICAF, providenciar-se-á sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e de rescisão do contrato, resguardada a ampla defesa. O prazo estabelecido neste parágrafo poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada ao DNIT, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O pagamento efetuado pelo DNIT não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

PARAGRAFO DÉCIMO SEXTO – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

I - Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;

II - Relação dos empregados que laboraram no posto, no período a que a Nota Fiscal se refere, contendo nome completo, cargo, função, horário do posto de trabalho, número da carteira de identidade (RG) e da inscrição de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o valor mensal do contrato e o período, mediante modelo fornecido pela Seção de Administração Geral.

III - Demonstrativo de cálculo do ISSQN contendo a descrição do local onde o serviço foi prestado, os dados do órgão arrecadador, o número do contrato, o número da Nota Fiscal, a base de cálculo, a alíquota, o valor devido e forma de recolhimento do ISSQN, mediante modelo fornecido pela Seção de Administração Geral.

IV - Declaração mensal de que foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, de acordo com o disposto no Art. 71 da Lei 8.666/93, mediante modelo fornecido pela Seção de Administração Geral.



O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento direto pela Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis

O pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ocorrer via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

No último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), a documentação mencionada acima deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

- a) cópias dos termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que prestaram os serviços contratados, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) ou comprovação de que os mesmos foram realocados em outro posto da empresa;
- c) guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS;
- d) extratos de depósitos feitos nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;
- e) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

A Administração poderá efetuar o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores, com desconto na fatura, quando houver falha no cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme previsto no artigo 19-A da IN 02/2008 MPOG e suas alterações posteriores, devendo a contratada apresentar a Declaração do ANEXO IV assinada, no momento da assinatura do contrato.

PARAGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - REPACTUAÇÃO: Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de

trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

Para os custos relativos ao vale transporte, o início da contagem do prazo de um ano para a primeira repactuação deve tomar como referência a data do orçamento a que a proposta se refere, qual seja, a data do último reajuste de tarifa de transporte público, conforme disposto na orientação normativa SLTI no 2, de 22/08/2014;

Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a respectiva repactuação anterior.

O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

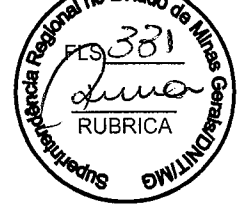
Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e



Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

as particularidades do contrato em vigência;

a nova planilha com variação dos custos apresentados;

indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – REAJUSTAMENTO DOS CUSTOS DOS INSUMOS E MATERIAIS (EXCETO EQUIPAMENTOS): O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano da data-limite para apresentação das propostas constante no edital, em relação aos custos com insumos e materiais (exceto equipamentos) necessários à execução do serviço.

Será considerado índice inicial o da data da apresentação da proposta, com base na seguinte fórmula (Decreto nº 1.054/94 e Lei nº 10.192/01):

$$R = V \times I - I_0$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da locação;

I = Índice relativo ao mês do reajuste;

I_0 = Índice inicial (refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes ao mês da entrega da proposta da licitação).

O índice a ser utilizado para o cálculo do reajustamento do contrato é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) IBGE.

O reajuste para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta nesse parágrafo, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato é direito da contratada e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estabelece o art. 37, inc. XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado à contratada receber o pagamento se mantidas as condições efetivas da proposta.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data-limite para a apresentação das propostas constantes deste edital, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes dos insumos e materiais (exceto equipamentos) necessários à execução do serviço.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

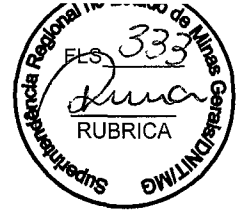
Os reajustes serão precedidos obrigatoriamente de solicitação da contratada, acompanhada de memorial de cálculo e da apresentação da planilha de custos e formação de preços, conforme for variação de custos objetos do reajuste.

É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de itens de insumos e materiais não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

O prazo para decisão sobre o pedido de reajuste fixado acima ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.



Os reajustes a que a contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

A contratada deverá exercer o direito ao reajuste, pleiteando o reconhecimento deste perante a contratante desde a data do aniversário da apresentação da proposta até a data da assinatura do instrumento de aditamento de prorrogação contratual subsequente, conforme determinado nos Acórdãos TCU nºs 1.827/2008 e 1.828/2008, do Plenário AGU JT-02, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2009, e § 7º do art. 40 da IN SLTI nº 02/08, caso em que serão reconhecidos os efeitos financeiros desde a data do aniversário da apresentação da proposta a que se referir o reajuste, observada a periodicidade anual.

Se a contratada não exercer de forma tempestiva seu direito ao reajuste no prazo estabelecido neste item e, por consequência, firmar o instrumento de aditamento de prorrogação do contrato sem pleitear o respectivo reajuste, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste ao último aniversário da data da apresentação proposta.

Nas situações abaixo relacionadas, o contrato poderá ser prorrogado e o instrumento de aditamento da prorrogação poderá conter cláusula – por solicitação da contratada, acompanhada das devidas justificativas, desde que não tenha dado causa para o cumprimento do prazo estabelecido neste item para solicitação de reajuste, ou por interesse da Administração, devidamente justificado – prevendo a possibilidade de reajuste pretérito com efeitos financeiros desde a data de aniversário da apresentação da proposta:

- I- O índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado, ou pretendida a solicitação de reajuste em data muito próxima à da prorrogação contratual, no caso em que o processamento do reajuste poderá, justificadamente, prejudicar a prorrogação.
- II- Qualquer outra situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido neste item, ou que haja interesse da contratante.

Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas do interregno mínimo de 1 (um) ano da data da ocorrência do fato gerador em que deu causa ao reajuste, ou seja, do aniversário da data-limite para a apresentação das propostas constantes no edital, em relação aos custos com insumos e materiais (exceto equipamentos) necessários à execução do serviço.

Os efeitos financeiros do reajuste deverão ocorrer exclusivamente para os itens que motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 65 Lei nº 8.666/93.

O motivo de não se admitir o reajuste dos equipamentos prende-se ao fato de que são adquiridos no início do contrato, podendo ser depreciados por legislação própria, diferentemente dos insumos e materiais que devem ser renovados (adquiridos) mensalmente ou periodicamente. Também não há a certeza de que o contrato será prorrogado, mas mera expectativa.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO - Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser promovida a revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, nos termos do disposto no art. 65, inc. II, alínea "d" e § 5º, da Lei nº 8.666/93.

A demonstração analítica será apresentada em conformidade com as planilhas de custos e formação de preços.

Os novos preços revisados poderão ultrapassar o limite máximo fixado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da mesma forma como ocorre com a repactuação, porém deverão ser respeitados os limites estabelecidos quando da prorrogação do prazo de vigência contratual.

As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES – A CONTRATADA responderá administrativamente pela qualidade e eficiência dos serviços por ela executado, e essa se estenderá até a finalização dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

I - Advertência por escrito;

II - Multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;

III - Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

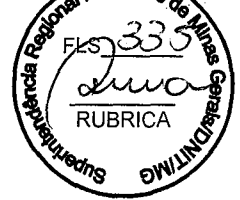
V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

I - Advertência por escrito;

II - Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);

III - Em caso de inexecução total, multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;



IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO QUARTO - O contratado que associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do contrato, bem assim realize a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização do DNIT, formalizada por termo aditivo ao contrato, bem como aquele que subcontrate, total ou parcialmente, o serviço contratado, sofrerá a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- I** - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II** - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III** - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO SEXTO - Constitui falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/2002.

PARÁGRAFO SÉTIMO- As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

PARÁGRAFO OITAVO - A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

PARÁGRAFO NONO - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado dos Transportes

PARÁGRAFO DÉCIMO - As sanções serão aplicadas conforme a competência e o procedimento estabelecido na **INSTRUÇÃO NORMATIVA/ DG Nº. 01 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.**

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Além das multas especificadas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nos quadros 1 e 2 abaixo, limitadas a 30% do valor mensal do contrato:

Percentual de multas de acordo com as infrações cometidas

ITEM	DESCRIÇÃO GRAU INCIDÊNCIA	% /valor Contrato	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	15%	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	15%	Por ocorrência
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados	5%	Por ocorrência
4	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	2,5%	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar serviços determinados pela fiscalização previstos em contrato	5%	Por ocorrência
6	Retirar funcionários do serviço durante o expediente sem a anuência prévia da Contratante	5%	Por ocorrência

QUANDO A CONTRATADA DEIXAR DE:

7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus funcionários.	2,5%	Por ocorrência
8	Colocar à disposição da Contratante os equipamentos relacionados no item 3.6 do Termo de Referência.	5%	Por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador	5%	Por ocorrência
10	Substituir empregado cuja conduta seja inconveniente dentro do prazo estabelecido em contrato	2,5%	Por ocorrência
11	Efetuar o pagamento do salário e vale transporte e/ou vale refeição nas datas avençadas	15%	Por ocorrência



12	Efetuar a reposição de funcionários faltosos	10%	Por ocorrência
13	Fornecer o item em quantidade inferior ao previsto na Relação "FORNECIMENTO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS" (a pontuação do nível de criticidade será atribuído a cada item faltoso).	5%	Por ocorrência
14	Cumprir as cláusulas estabelecidas no contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	2,5%	Por ocorrência
15	Cumprir quaisquer cláusulas estabelecidas no contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	2,5%	
16	Cumprir quaisquer cláusulas estabelecidas no contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização	5%	Por ocorrência
17	Recolher as contribuições do FGTS ou do INSS no prazo legal	15%	Por ocorrência

A listagem acima não é exaustiva sendo que na ocorrência de infrações não mencionadas caberá a autoridade competente a decisão quanto a penalidade a ser aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

20.12 - As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

20.13 - Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial, do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência.

20.13.1 - A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo de execução dos serviços, deverá ser encaminhada à Seção de Administração Geral, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério da contratante a sua aceitação.

20.13.2 - Vencido o prazo proposto, sem prestação do serviço, total ou parcialmente, o Contratante oficiará à Contratada comunicando-lhe a data-limite para a regularização de sua prestação. A partir dessa data considerar-se-á inadimplência, sendo-lhe aplicadas as sanções cabíveis.

20.14 - As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante pela Contratada serão deduzidos da garantia prestada ou dos valores a serem pagos ou recolhidos mediante GRU em favor do Departamento Nacional de Infra Estrutura em Transportes-SREMG no prazo de 5 (cinco) dias, ou cobrados judicialmente.

20.15 - A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber da contratante e a garantia não for suficiente para suportar a multa, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis,

após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no item anterior.

20.16 - A contratada reconhece tais multas e deduções como prontamente exigíveis, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.16.1 - A aplicação das multas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – Ficam as partes cientes que as condições impostas neste contrato estão vinculadas ao Edital de Licitação que lhe deu origem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO – As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, a **Justiça Federal de Brasília/DF**, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EFICÁCIA DO CONTRATO – O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação, exclusive.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seu Representante Legal e Responsável Técnico, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas identificadas.

Belo Horizonte/MG, 11 de janeiro de 2016

CONTRATANTE:

FABIANO MARTINS CUNHA
SUPERINTENDENTE REGIONAL/SREMG/DNIT

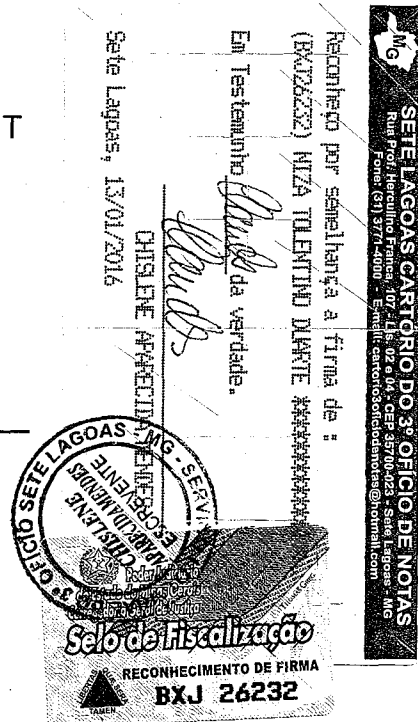
CONTRATADA:

Niza Tolentino Duarte
NIZA TOLENTINO DUARTE
SAMSEG SEGURANÇA LTDA

TESTEMUNHAS:

NOME= Samuel Marques Duarte
CPF = OAB MG 162639

NOME= Aparecido C. Oliveira
CPF = 490735596-34





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DIRETO

Autorizo o DNIT/SREMG a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores alocados nos postos da Autarquia, em decorrência do contrato 00011/2016, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme Artigo 19-A da IN 03/09.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2016



Niza Tolentino Duarte
NIZA TOLENTINO DUARTE
SAMSEG SEGURANÇA LTDA

MG SETE LAGOAS CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Prof. Harculino Franco, 107 - Lj. 02 e 04 - CEP 35700-023 - Sete Lagoas - MG
Fone: (31) 3771-4000 - E-mail: cartorio3oficiodenotas@hotmail.com

Reconheço por semelhança a firma de :

(BXJ26233) NIZA TOLENTINO DUARTE *****

Em Testemunho Chislene da verdade.

CHISLENE APARECIDA MENDES

Sete Lagoas, 13/01/2016



Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BXJ 26233



Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA/MTUR/IFRJ/MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ/RIOTUR Nº 054/2015, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ e o Município do Rio de Janeiro/RJ, por intermédio da RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro SA. PROCESSO: 72031.001950/2015-90. OBJETO: "A conjugação de esforços entre os Partícipes para executar ações de qualificação e aperfeiçoamento profissional para quiosqueiros, barraqueiros e profissionais do receptivo de hostels ou albergues na cidade do Rio de Janeiro (RJ)". VIGÊNCIA: 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura. DATA E ASSINATURA: Brasília-DF, 26 de novembro de 2015, HENRIQUE EDUARDO ALVES, Ministro de Estado do Turismo; EDUARDO PAES, Prefeito do Município do Rio de Janeiro/RJ; MIGUEL ROBERTO MUNIZ TERRA, Reitor Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro; JOSE CARLOS FERREIRA DE SA, Presidente da RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 1/2016 UASG 185001**

Nº Processo: 72100001137201559. Objeto: Participação do Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur na Feira FITUR/2016. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de Competição Declaração de Inexigibilidade em 12/01/2016. MARCO ANTONIO DE BRITTO LOMANTO, Diretor de Produtos e Destinos. Ratificação em 12/01/2016, VINICIUS RENE LUMBERTZ SILVA, Presidente da Embratur. Valor Global: R\$ 729.564,55. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro IFEMA - FERIA DE MADRID.

(SIDEC - 13/01/2016) 185001-18203-2015NE800084

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2015 - UASG 185001

Número do Contrato: 18/2014. Nº Processo: 72100001351201343. PREGÃO SISPP Nº 8/2014. Contratante: INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - CNPJ Contratado: 05058935000142. Contratado: INTERATIVA-DEDETIZACAO, -HIGIENIZACAO E CONSERVACAO LTDA. Objeto: Inclusão do subitem XXXIX na Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E CONTRATANTE, do Contrato nº 18/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 30/12/2015.

(SICON - 13/01/2016) 185001-18203-2015NE800084

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2015 - UASG 185001

Número do Contrato: 21/2014. Nº Processo: 72100001351201343. PREGÃO SISPP Nº 8/2014. Contratante: INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - CNPJ Contratado: 05058935000142. Contratado: INTERATIVA-DEDETIZACAO, -HIGIENIZACAO E CONSERVACAO LTDA. Objeto: Repetição do valor contratado e a inclusão do subitem XXI na Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E CONTRATANTE, do contrato nº 21/2014. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor Total: R\$494.161,20. Fonte: 100000000 - 2015NE800029. Data de Assinatura: 30/12/2015.

(SICON - 13/01/2016) 185001-18203-2015NE800084

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2015 - UASG 185001

Número do Contrato: 4/2014. Nº Processo: 7210000480201314. PREGÃO SRP Nº 2/2014. Contratante: INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - CNPJ Contratado: 05378180000163. Contratado: EDGE TECHNOLOGY LTDA. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 4/2014, por mais um período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 08/01/2016 a 08/01/2017. Data de Assinatura: 29/12/2015.

(SICON - 13/01/2016) 185001-18203-2015NE800084

**SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS
DE TURISMO**

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio Nº 824890/2015, Nº Processo: 7203100448201531, Concedente: MINISTÉRIO DO TURISMO, Conveniente: MUNICÍPIO DE SIRINHAEM CNPJ nº 10292209000120, Objeto: Ações promocionais para difundir o potencial turístico do município de Sirinhaem/PE. Valor Total: R\$ 501.002,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.002,00, Valor a ser trans-

ferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 500.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800108, Valor: R\$ 500.000,00, PTRES: 105588, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404131, Vigência: 28/12/2015 a 30/03/2016, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RAIMUNDO COIMBRA JUNIOR CPF nº 494.584.006-78, Conveniente: FRANZ ARAUJO HACKER CPF nº 711.450.104-82.

Espécie: Convênio Nº 824323/2015, Nº Processo: 72031004492201541, Concedente: MINISTÉRIO DO TURISMO, Conveniente: FUNDACAO MUNICIPAL DE ACAO CULTURAL CNPJ nº 01834835000100, Interviente: MUNICÍPIO DE MACEIO CNPJ nº 12200135000180, Objeto: Festival Maceió Verão 2016, Valor Total: R\$ 305.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 12.200,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 292.800,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800105, Valor: R\$ 350.000,00, PTRES: 093323, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404103, Vigência: 30/12/2015 a 04/03/2016, Data de Assinatura: 30/12/2015, Signatários: Concedente: RAIMUNDO COIMBRA JUNIOR CPF nº 494.584.006-78, Conveniente: VINICIUS CALVACANTE PALMEIRA CPF nº 300.628.884-04, Interviente: RUI SOARES PALMEIRA CPF nº 007.483.964-03.

Espécie: Convênio Nº 824899/2015, Nº Processo: 72031003295201512, Concedente: MINISTÉRIO DO TURISMO, Conveniente: TAMANDARÉ PREFEITURA CNPJ nº 01596018000160, Objeto: Ações promocionais para difundir o potencial turístico do município de Tamandaré/PE. Valor Total: R\$ 501.002,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.002,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 500.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800109, Valor: R\$ 500.000,00, PTRES: 105588, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404131, Vigência: 28/12/2015 a 30/03/2016, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RAIMUNDO COIMBRA JUNIOR CPF nº 494.584.006-78, Conveniente: JOSE HILDO HACKER JUNIOR CPF nº 400.595.294-15.

Espécie: Convênio Nº 823643/2015, Nº Processo: 72031003802201518, Concedente: MINISTÉRIO DO TURISMO, Conveniente: ITABORAÍ PREFEITURA CNPJ nº 28741080001155, Objeto: Carnaval de Itaboraí 2016, Valor Total: R\$ 295.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 13.000,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 282.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800095, Valor: R\$ 282.000,00, PTRES: 093323, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404135, Vigência: 30/12/2015 a 20/04/2016, Data de Assinatura: 30/12/2015, Signatários: Concedente: RAIMUNDO COIMBRA JUNIOR CPF nº 494.584.006-78, Conveniente: HELLI BARRETO CARDOZO CPF nº 937.576.207-63.

**SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS
DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

EXTRATO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2016

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2016, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo e o Estado do Paraná/PR, por intermédio da Paraná Turismo. PROCESSO: 72031.005697/2014-62. OBJETO: "Promoção de qualificação de pessoas para o segmento turístico no âmbito das ações PRONATEC Turismo na Empresa e PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local". VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de sua assinatura. DATA E ASSINATURA: Brasília-DF, 13/01/2016, NEUSVALDO FERREIRA LIMA, Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo; CARLOS ALBERTO RICHIA, Governador do Estado do Paraná; MANOEL JACÓ GARCIA GIMENES, Diretor Presidente da Paraná Turismo.

Ministério dos Transportes

**DEPARTAMENTO NACIONAL
DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

UNIDADE GESTORA: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, inscrito no CNPJ nº 04.892.707/0001-00, representado pelo seu Diretor-Geral, Senhor Valters Casimiro Silveira. ENTE FEDERADO BENEFICIÁRIO: Município de Belo Horizonte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Márcio Araújo de Lacerda e pela Secretaria Municipal de Obras, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, representado pelo Senhor José Costa Valadão, com a INTERVENIÊNCIA da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.201.336/0001-15, representada pelo Senhor Genedempsey Bicalho Cruz. INSTRUMENTO: Termo de Compromisso PP-941/2012. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo. OBJETO: Prorrogação do prazo ao Termo de Compromisso, sem reflexo financeiro, com vistas a dar continuidade à execução de serviços de cadastramento e reassentamento das famílias ocupantes da faixa de domínio, necessários à execução das obras de urbanização e duplicação da rodovia BR-381/MG/Norte (Lote 08-B), nos limites do Município de Belo Horizonte. PRAZO: Prorrogação por mais 1.012 (um mil e doze) dias, passando a data do vencimento da vigência para 15/10/2018. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57 da Lei 8.666/93, Artigo 15 da IN nº 01/97 - STN, no Decreto nº 6.170, de 25/07/2007, no Decreto nº 6.428, de 14/04/2008, na Portaria Interministerial nº 507, de

24/11/2011, Artigo 43 inc. VI e Artigo 51 e dispositivos aplicáveis à transferência obrigatória. EFICÁCIA: Este Termo terá eficácia a partir da data de sua assinatura. PROCESSO Nº 50600.014316/2012-30. DATA DA ASSINATURA: 29/12/2015.

UNIDADE GESTORA: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.892.707/0001-00, representado pelo seu Diretor-Geral, Valters Casimiro Silveira. ENTE RECEPTOR: Universidade Federal do Paraná - UFPR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.095.679/0001-49, neste ato representada pelo seu reitor, Zaki Akel Sobrinho. INSTRUMENTO: Termo de Execução Descentralizada nº 096/2014-DAQ/DNIT. ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo. OBJETO: Prorrogação de Prazo ao Termo de Execução Descentralizada para Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental e Projeto Básico e Executivo de Engenharia de Sinalização de MAGEM, Balizamento e Dragagem da Hidrovia do Rio Paranaíba. PRAZO: O prazo de vigência e de execução do presente Termo antes estipulado até 28/12/2015, será prorrogado por 90 (noventa) dias consecutivos terminando a nova vigência em 27/03/2016. FUNDAMENTO LEGAL: O presente instrumento tem amparo nas disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 6.428 de 14 de abril de 2008 e Decreto nº 8.180 de 30 de dezembro de 2013, e demais normas regulamentares da matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas. EFICÁCIA: Este Termo terá eficácia a partir da data de sua assinatura. PROCESSO: 50600.100771/2013-38. DATA DA ASSINATURA: 28/12/2015.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

UNIDADE GESTORA: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.892.707/0001-00, representado pelo seu Diretor-Geral, Sr. Valters Casimiro Silveira. ENTE FEDERADO BENEFICIÁRIO: Prefeitura Municipal de Santarém, inscrita sobre o CNPJ nº 05.182.233/0001-76, representada pelo seu Prefeito Municipal, Alexandre Raimundo de Vasconcelos Waghon. INSTRUMENTO: Termo de Compromisso nº 292/2006-DAQ/DNIT. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo. OBJETO: Prorrogação de Prazo ao Termo de Compromisso para construção do Terminal de Cargas e Passageiros do Município de Santarém/PA. PRAZO: O prazo de vigência e de execução do presente Termo de Compromisso, antes estipulado até 31/12/2015, será prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias, ficando seu novo término ajustado para 28/06/2016. FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo tem como fundamento legal, no que couber, na Portaria Interministerial nº 507/2011, além da Lei 11.578/07, art. 57, § 1º, inciso II e art. 116 da Lei nº 8.666/93, no que couber. EFICÁCIA: Este Termo terá eficácia a partir da data da sua publicação, em extrato, no D.O.U. PROCESSO: 50600.002159/2006-71. DATA DA ASSINATURA: 31/12/2015.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS
E RORAIMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 648/2015 - UASG 393009

Processo nº 50601000043201589. INEXIGIBILIDADE Nº 8/2015. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 05939467000115. Contratado: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE -RORAIMA CAER. Objeto: Fornecimento de água tratada e de prestação de serviços de coleta de esgotos sanitários para atender as dependências da Superintendência Regional do DNIT/RR. Fundamento Legal: Caput do Art. 25, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 30/11/2015 a 27/11/2020. Valor Total: R\$36.000,00. Fonte: 100000000 - 2015NE800049. Data de Assinatura: 30/11/2015.

(SICON - 13/01/2016) 393009-39252-2015NE800006

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 393027

Contrato nº 845/2014. Processo nº 50605000984201400. PREGÃO SISPP Nº 391/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 01379851000150. Contratado: CBV CONSTRUTORA LTDA - Objeto: Primeiro Termo Aditivo de Adequação de Projeto em Fase de Obras, com Reflexo Financeiro e sem Inclusão de Preços Novos ao Contrato. Fundamento Legal: + 1º, inciso I do art. 57, c/c inciso I, letra "b" do artigo 65 da Lei 8.666/93, c/c a Cláusula 2ª e 3ª do Contrato. Valor Total: R\$23.469.462,18. Fonte: 100000000 - 2015NE800084. Data de Assinatura: 28/12/2015.

(SICON - 13/01/2016)

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM MINAS GERAIS**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2016 UASG 393031

Processo nº 50606002682201539. PREGÃO SISPP Nº 534/2015. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 06335565000106. Contratado: SAMSEG SEGURANÇA LTDA - Objeto: Prestação dos serviços contínuos de vigilância armada, executada de forma direta e



116

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 9, quinta-feira, 14 de janeiro de 2016



ininterrupta, 24 hs por dia, durante os 07 dias da semana, com fornecimento de materiais, equipamentos e toda mão-de-obra, para as dependências da Hidrovia do São Francisco-AHSFRA. Fundamento Legal: Lei 10520/02, LC 123/06, Decretos 545005, 6204/07 e 3555/00, IN 02/10 SLTI, Leis 8666/93 e 9784/99. Vigência: 12/01/2016 a 11/01/2018. Valor Total: R\$709.999,20. Fonte: 100000000 - 2016NE800058. Data de Assinatura: 11/01/2016.

(SICON - 13/01/2016) 393031-39252-2016NE800002

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA
E ACRE

EXTRATO DE DOAÇÃO

Outorgante Doador: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - SR-DNIT/RO-AC, representado pelo Superintendente Regional, Sérgio Augusto Mamann, CPF: 036.005.722-53; Outorgada Donatária: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, representada pelo Prefeito Sr. Obadias Braz Odorico, CPF: 288.101.202-72; Instrumento: Termo de Doação SR-RO/AC-001/2015; Objeto: doação de bem móvel a seguir identificado: 01 (um) Veículo Caminhão Mercedes Benz Modelo L-2014, Placa JWN-3736/RO, Chassi nº 345408JB784343, Ano de Fabricação 1988/1988, Número Patrimonial 127.252-7. Vigência: O presente Termo terá eficácia a partir da data da publicação no D.O.U.; Fundamento Legal: art. 17, II, "a", d, Lei 8.666/93, art. 1º, IV, da Portaria nº 305, de 2007, e Decreto nº 99.658, de 30/10/90; Processo: 50622.002180/2015-18; Data da Assinatura: 06/01/2015.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016 - UASG 393013

Contrato nº 1008/2013. Processo nº 50616001256201305. PREGÃO SISPP Nº 208/2013. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 02955426000124. Contratado: CASTELLAR ENGENHARIA LTDA -Objeto: Termo aditivo de terraplanagem e de prorrogação de prazo ao contrato, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir de 13/01/2016, passando o contrato a vencer em 11/01/2017. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II da Lei 8666/93, com suas alterações posteriores, e na cláusula QUARTA do contrato. Vigência: 12/01/2016 a 11/01/2017. Data de Assinatura: 12/01/2016.

(SICON - 13/01/2016) 393013-39252-2015NE800015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2016 - UASG 393025

Processo nº 5060800058201316. Regime de Execução: Contratação Integrada. RDC ELETRÔNICO Nº 762/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 50557404000159. Contratado: CONSTRUTORA KAMILOS LTDA -Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para a elaboração dos projetos básico e executivo, e execução das obras de restauração - lote único: Rodovias BR-459/SP e BR-488/SP. Fundamento Legal: Leis 8.666/93; 12.462/2011. Decreto 7.581/2011. Vinculação no Edital e seus anexos. Normas vigentes no DNIT. Vigência: 11/01/2016 a 11/07/2018. Valor Total: R\$46.740.000,00. Fonte: 100000000 - 2015NE804399. Data de Assinatura: 11/01/2016.

(SICON - 13/01/2016) 393025-39252-2016NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 393025

Contrato nº 31/2015. Processo nº 50608000502201483. PREGÃO SISPP Nº 629/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 03255024000180. Contratado: DIFFERENCIAL ENGENHARIA LTDA -Objeto: Termo de rescisão amigável do Contrato celebrado em 06.01.2015, tendo como objeto a execução dos serviços de manutenção rodoviária na Rodovia BR-488/SP, obedecidas as determinações contidas na Lei 8.666/93, bem como as cláusulas contratuais e condições estabelecidas no Edital e normas vigentes do DNIT, havendo razões reconhecidas e aceitas pelas partes, autorizada a presente rescisão amigável pelo Superintendente Regional e concordância da Contratada que firmam o presente Termo. Fundamento Legal: Art. 78, XV, Art. 79, II da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 05/01/2016.

(SICON - 13/01/2016) 393025-39252-2016NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2016 - UASG 393025

Contrato nº 40/2014. Processo nº 50608000427201370. PREGÃO SISPP Nº 640/2013. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 33164021000100. Contratado: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. -Objeto: Termo aditivo de prorrogação de prazo do contrato por mais 12 meses, elevando o prazo final execução/conclusão dos serviços até 06.01.2017, e redução do valor presente do Contrato de R\$ 10.924,16 para R\$ 9.745,69 com reflexo financeiro negativo de 10,7877%. A despesa no corrente exercício correrá por conta da verba 26.122.2126.2000.0001 PFRS 092308, fonte 0100, Natureza des-

pesa 339039. Por interesse da Administração e concordância da Contratada que firmam o presente Termo. Fundamento Legal: Art. 57, II, Art. 65, Iº e 2º, II da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 05/01/2016.

(SICON - 13/01/2016) 393025-39252-2016NE800001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE
DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016 - UASG 393012

Contrato nº 1194/2014. Processo nº 50610003231201550. PREGÃO SISPP Nº 632/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 02955426000124. Contratado: CASTELLAR ENGENHARIA LTDA -Objeto: Termo aditivo de revisão de projeto de engenharia em fase de obra com adequação de quantitativos, com reflexo financeiro e com inclusão de preços novos, ao contrato nº 10.1.0.00.1194/2014. O valor do contrato a preços iniciais passa de R\$ 19.880.000,00 para R\$ 24.627.571,80, em decorrência do acréscimo de R\$ 4.747.571,80. Fundamento Legal: Art. 58, I, e Art. 65, II, "b", ambos da Lei nº 8.666/93. Vigência: 15/01/2016 a 11/01/2017. Valor Total: R\$4.747.571,80. Fonte: 100000000 - 2015NE801611. Data de Assinatura: 13/01/2016.

(SICON - 13/01/2016) 393012-39252-2015NE800028

Ministério Público da União

ESCOLA SUPERIOR

EXTRATOS DE CONTRATOS

Espécie: Contrato nº 05/2016. Contratante: União, por intermédio da ESMU. Contratada: S H HABERLI TECNOLOGIA EPP (CNPJ 12.007.998/0001-35). Objeto: Fornecimento de licenças VMware vCenter Server Standard e prestação de serviços de suporte técnico e de atualização de versão. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 14/2015. Vigência: de 11/01/2016 até 26/01/2019. Data de Assinatura: 11/01/2016. Valor Total: R\$ 35.590,00. Nota de empenho: 2015NE000534 e 2015NE000535, datadas de 29/12/2015. Programa de Trabalho: 03122058120HP0001. Elemento de Despesa: 4.490.39 e 3.390.39. Processo: 2811/2015-01. Signatários: MAURÍCIO CORREIA DE MELLO, pela Contratante, SWE HELEN HABERLI, pela Contratada.

Espécie: Contrato nº 06/2016. Contratante: União, por intermédio da ESMU. Contratada: UNIDBA INFORMÁTICA LTDA ME (CNPJ 08.468.869/0001-77). Objeto: Fornecimento e instalação de licenças de software para criação de Cluster Failover. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 15/2015. Vigência: de 11/01/2016 até 26/01/2017. Data de Assinatura: 11/01/2016. Valor Total: R\$ 50.360,00. Nota de empenho: 2015NE000529 e 2015NE000530, datadas de 29/12/2015. Programa de Trabalho: 03122058120HP0001. Elemento de Despesa: 4.490.39 e 3.390.39. Processo: 2809/2015-23. Signatários: MAURÍCIO CORREIA DE MELLO, pela Contratante, EDUARDO HAHN, pela Contratada.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 1/2016 - UASG 200234

Nº Processo: 000006/2016-15. Objeto: Contratação da IMPRENSA NACIONAL, para prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial no Diário Oficial da União. E Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição Declaração de Inexigibilidade em 12/01/2016. JASMONE CLAUDINO BRAGA. Secretária de Administração Substituto. Ratificação em 12/01/2016. MAURICIO CORREIA DE MELLO. Diretor-geral Adjunto da Escola Superior do Ministério Público da União em Exercício. Valor Global: R\$ 20.000,00. CNPJ CONTRATADA : 04.196.645/0001-00 IMPRENSANACIONAL.

(SIDEIC - 13/01/2016) 200234-00001-2016NE000026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 78/2015 - UASG 200234

Nº Processo: 002263/2015-19. Objeto: Contratação da empresa para a prestação de serviços contínuos de suporte técnico e garantia de atualização de versão para o software de Banco de Dados Oracle. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição Declaração de Inexigibilidade em 06/01/2016. JASMONE CLAUDINO BRAGA. Secretário de Administração Substituto. Ratificação em 06/01/2016. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA. Diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União. Valor Global: R\$ 27.650,52. CNPJ CONTRATADA : 59.456.277/0001-76 ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.

(SIDEIC - 13/01/2016) 200234-00001-2016NE000026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2014. Contratante: União, por intermédio da ESMU. Contratada: AVMB - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA (CNPJ 03.486.598/0001-69). Objeto: Prorrogar o prazo de vigência contratual. Vigência: de 01/01/2016 até 29/01/2016. Data de Assinatura: 28/12/2015. Processo: 1059/2014-91. Signatários: CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA, pela Contratante, CLAUDIO ROCHA LOBATO, pela Contratada.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2015

O Pregoeiro da ESMU torna público, para conhecimento dos interessados, a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 18/2015, a favor da empresa MJS CONTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME, pelo valor global de R\$ 269.726,79 (duzentos e sessenta e nove mil, setecentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos). Processo nº 0.01.000.002284/2015-26.

RODRIGO PINA MEDEIROS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE RESCISÃO

O Ministério Público Federal, por meio do seu Secretário de Administração, Senhor Lúcio Mário Mendonça de Góis, fundamentado na Cláusula Décima Quarta, caput e Parágrafo Primeiro, Item 1 do Termo de Contrato nº 27/2013, combinado com os artigos 726, inciso I, e 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93, torna público a rescisão unilateral do Termo de Contrato nº 27/2013, firmado com a empresa Vento Bravo Comunicação Ltda., CNPJ: 11.125.349/0001-76, que tem por objeto a prestação de serviços de publicidade, a partir do dia 05/01/2016, consignando o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recorrer, conforme Art. 109, I, da Lei nº 8.666/93. Processos MP/PGR nº 1.00.000.016204/2015-00 e MP/PGR nº 1.00.000.016267/2012-13. Brasília, 08 de janeiro de 2016.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2016

PROCESSO Nº 1.00.000.015838/2015-37. A Procuradoria Geral da República torna público, para conhecimento dos interessados, que a partir desta publicação, fica aberto o Credenciamento de tradutores JURAMENTADOS/PUBLICOS para a prestação de serviços de tradução de textos do português para idiomas estrangeiros, e versão desses idiomas para o português. O edital está disponível na sala da CLDE/PGR, localizada no Edifício-Sede, Bloco "B", 2º andar, sala 202, sito à SAF - Sul, Quadra 04, Conjunto "C", Brasília-DF e na página da PGR na Internet: www.transparencia.mpf.mp.br

FRANCISCO ARAÚJO
Coordenador da CLDE/SA
Substituto

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2016

PROCESSO Nº 1.00.000.015837/2015-92. A Procuradoria Geral da República torna público, para conhecimento dos interessados, que a partir desta publicação, fica aberto o Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços de tradução de textos do português para idiomas estrangeiros, versão desses idiomas para o português, bem como de idioma estrangeiro para outro. O edital está disponível na sala da CLDE/PGR, localizada no Edifício-Sede, Bloco "B", 2º andar, sala 202, sito à SAF - Sul, Quadra 04, Conjunto "C", Brasília-DF e na página da PGR na Internet: www.transparencia.mpf.mp.br

FRANCISCO ARAÚJO
Coordenador da CLDE/SA
SubstitutoAVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2016

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 11/01/2016. Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços técnicos contínuos de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de som e imagem.

FRANCISCO DE JESUS DA SILVA ARAUJO
Pregoeiro

(SIDEIC - 13/01/2016) 200100-00001-2016NE000011

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 72/2015

O Pregoeiro da Procuradoria Geral da República torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do pregão foi adjudicado à empresa SIMPREX COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A, pelo critério de menor preço.

FRANCISCO ARAÚJO

(SIDEIC - 13/01/2016) 200100-00001-2016NE000011

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS
E DISTRITO FEDERALAVISO DE HOMOLOGAÇÃO
RDC Nº 563/2015-12

Edital 0563/15-12

Com base na documentação acostada nos autos do processo nº 50612.000616/2015-45, referente ao Regime Diferenciado de Contratações nº 0563/2015-12, e decorrido o prazo recursal, homologo e adjudico o presente procedimento licitatório, nos termos do art. 28, inciso IV da Lei 12.462/2011, para que produza efeitos jurídicos e legais. Empresas Vencedoras: Consórcio Caiapó/Goiás/RTA, com VALOR GLOBAL de R\$ 149.795.000,00 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais).

FLÁVIO MURILO G. PRATES DE OLIVEIRA
SuperintendenteRESULTADO DE JULGAMENTO
RDC ELETRÔNICO Nº 563/2015 UASG 393011

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, através da Superintendência Regional em GO/DF, torna público o resultado final de julgamento das propostas de preços relativas ao Edital nº 0563/15-12. Critério de Julgamento: Menor Preço (Art. 18, Inciso I, Lei 12.462/2011). Firma Vencedora: Consórcio Caiapó/Goiás/RTA, com VALOR GLOBAL de R\$149.795.000,00 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais). A Ata de Realização do RDC Eletrônico e Julgamento da Proposta encontra-se à disposição dos interessados, no Serviço de Cadastro e Licitação na Sede da Superintendência Regional do DNIT-GO/DF, situada na Av. 24 de outubro, nº 311, Setor dos Funcionários, Goiânia/GO, e no sítio www.comprasgoias.gov.br.

FLÁVIO MURILO G. PRATES DE OLIVEIRA
Superintendente

(SIDE - 02/02/2016) 393011-39252-2016NE800003

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÕES

No Extrato de Contrato Nº 11/2016 publicado no DOU de 14/01/2016, Seção 3, Pág. 115. Onde se lê: Vigência: 12/01/2016 a 11/01/2018 Leia-se: Vigência: 12/01/2016 a 11/01/2017

(SICON - 02/02/2016) 393031-39252-2016NE800002

No Extrato de Contrato Nº 361/2014 publicado no DOU de 30/04/2014, Seção 3, Pág. 153. Onde se lê: O valor do presente contrato passa de R\$ 5.319.440,00, a preços iniciais, para R\$ 6.111.766,66, face ao acréscimo autorizado no valor de R\$ 792.326,66. Leia-se: O valor do presente contrato passa de R\$ 5.319.439,99, a preços iniciais, para R\$ 6.111.766,65, face ao acréscimo autorizado no valor de R\$ 792.326,66

(SICON - 02/02/2016) 393031-39252-2016NE800002

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 19/2016

Processo nº 50606.002206/15-18. Objeto: Credenciamento para execução de serviços de leilões oficiais para a realização de leilões, preferencialmente na modalidade virtual, podendo também ocorrer nas modalidades presencial ou presencial e online simultaneamente, destinados ao desfazimento de bens móveis inservíveis de propriedade do DNIT no Estado de Minas Gerais. Edital e demais informações: Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais, na Rua Martin de Carvalho, 635, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-090, Belo Horizonte/MG, fone nº (31) 3057-1514, fax (31) 3057-1550 e no site: www.dnit.gov.br. Entrega da documentação: dia 07/03/2016 às 14h00, no Auditório da Sede da Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais, 1º andar, no endereço acima.

FABIANO MARTINS CUNHA
SuperintendenteVALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES
E FERROVIAS S.A.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Concessão de Uso nº 001/2016, firmado entre a CONCEDENTE: VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e a CONCESSIONÁRIA: TOTAL DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ sob o nº 01.241.994/0016-87. Objeto: Concessão de Uso mediante condições especiais de área no lote nº. 10 situada no Pátio de Integração Intermodal da Ferrovia Norte-Sul, Pátio Ferroviário de Porto Nacional (TO). Vigência do Contrato: 30 (trinta) anos. Valor: R\$ 10.100.000,00 (dez milhões e cem mil reais). Procedimento Licitatório: Concorrência nº 003/2015. Fundamentação Legal: Lei Federal nº. 8.987/1995, e supletivamente, a Lei nº. 8.666/1993, no que couber, de acordo com o determinado no art. 175 da Constituição Federal, que dispõe sobre as concessões e permissões de serviços públicos, pela Lei nº. 11.772/2008, pelos Decretos nº. 1832/1996 e nº. 8129/2013, e outras disposições normativas aplicáveis ao Transporte Ferroviário no Brasil, bem como pelas normas regulamentares pertinentes, pelo Edital de Concorrência e seus anexos. Data de assinatura: 06/01/2016. Processo nº 51402.103989/2014-24.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016020300132

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2015

A Pregoeira do Conselho Nacional do Ministério Público torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do procedimento licitatório acima mencionado foi ADJUDICADO e HOMOLOGADO pelo critério menor preço à empresa: HUMANAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS LTDA. (CNPJ 02.853.446/0001-94). Os autos do processo encontram-se disponíveis aos interessados (proc. Nº 0.00.002.000971/2015-24).

FABIANA BITTENCOURT GARCIA
SOARES DE LIMA

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 219/2015

Espécie: Termo de Credenciamento nº 219/2015, celebrado entre o Ministério Público da União e LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA DR. PAULO CORDEIRO DE AZEVEDO. Objeto: Prestação de Serviços Médicos aos membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Conselho Nacional do Ministério Público, por um período de sessenta meses, a partir da assinatura do credenciamento. Modalidade: Inexigibilidade de licitação - "Caput" do artigo 25, da Lei 8.666/93. Elemento de despesa no MPF: 33.90.39. Programa de Trabalho no MPF: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPF: 2015NE000071, de 23.01.2015. Elemento de despesa no MPT: 33.90.39. Programa de Trabalho no MPT: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPT: 2015NE000002, de 08.01.2015. Elemento de despesa no MPDFT: 33.90.39. Programa de Trabalho no MPDFT: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPDFT: 2015NE000029, de 05.03.2015. Elemento de despesa no CNMP: 33.90.39. Programa de Trabalho no CNMP: 03.301.2100.2004.5664. Nota de Empenho no CNMP: 2015NE000097, de 13.03.2015. Assinatura: Marcús Correia Lima, Diretor Executivo do Plan-Assist-MPF, pelo Credenciante, Leonidas Braga Dias Junior, pelo Credenciado.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 255/2015

Espécie: Termo de Credenciamento nº 255/2015, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a MAX ODONTO CENTRO DE ODONTOLOGIA SS LTDA. Objeto: prestação de Serviços ODONTOLÓGICOS. Processo: 1.14.000.000541/2015-81. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: nº 2015NE000068, de 16/01/2015. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: nº 2015NE000136, de 10/02/2015. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: nº 2015NE0000034, de 06/01/2015. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPDFT: nº 2015NE0000229, de 05/03/2015. Elemento de despesa no CNMP: 33.90.39. Programa de Trabalho no CNMP: 03.301.2100.2004.5664. Nota de Empenho no CNMP: 2015NE000097, de 13.03.2015. Assinatura: Marcús Correia Lima, Diretor Executivo do Plan-Assist-MPF, pelo Credenciante, Leonidas Braga Dias Junior, pelo Credenciado FERNANDA SANTOS BRITO DE LIMA.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 264/2015

Espécie: Termo de Credenciamento nº 264/2015, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a LIRIA ESPECIALIDADES MÉDICAS LTDA. Objeto: Prestação de Serviços Médicos. Processo: 1.00.000.008311/2015-56. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: nº 2015NE000055, de 15/01/2015. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: nº 2015NE0000042, de 12/01/2015. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPDFT: nº 2015NE0000034, de 06/01/2015. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPDFT: nº 2015NE000229, de 05/03/2015. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: nº 2015NE000597, de 13/03/2015. Vigência: 28/09/2015 a 27/09/2020. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA e pela Credenciada VANESSA GUIMARÃES DE FREITAS LIMA.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 265/2015

Espécie: Termo de Credenciamento nº 265/2015, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a LORENZO - POLICLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA - ME. Objeto: Prestação de Serviços Paramédicos. Processo: 1.00.000.007223/2015-37. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: nº 2015NE000055, de 15/01/2015. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: nº 2015NE000034, de 06/01/2015. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPDFT: nº 2015NE000229, de 05/03/2015. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: nº 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: nº 2015NE000597, de 13/03/2015. Vigência: 01/02/2016 a 31/01/2021. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA e pela Credenciada LUDICEIA DIAS LIMA.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo Ao Termo de Credenciamento nº 375/2011. Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o HOSPITAL SANTA LUCIA S/A. Objeto: alterar a alínea 1ª da CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO e incluir o Anexo V. Data de Assinatura: 25/01/2016. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA e pelo Credenciado JOSÉ DO PATROCÍNIO LEAL. Processo nº 1.00.000.014449/2011-61.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA
DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2016

Espécie: Contrato nº 04/2016, assinado em 02/02/2016 com a empresa CRYSTAL ALIMENTAÇÃO LTDA-ME; CNPJ: 07.487.714/0001-15; Objeto: cessão de uso onerosa, a título precatório, de área das dependências desta PRRI, para fins de exploração comercial dos serviços de lanchonete e restaurante; Amparo: Tomada de Preços PRRI nº 01/2015; Processo MP/PRRI nº 1.01.000.000200/2015-64; Vigência: 02/02/2016 a 01/02/2017; Valor mensal da Taxa de ocupação: R\$ 2.019,00 (dois mil e dezesseis reais); Signatários: pela Cedente, Israel Pereira Coelho e, pela Cessionária, Maria Cristina Cavalcante.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2016

Espécie: Contratação de fornecedor para eventuais aquisições de açúcar cristal, por meio de Registro de Preços, com entrega parcelada, para atender às necessidades da Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF) e demais órgãos participantes, firmado entre a União, por intermédio da Procuradoria da República no Distrito Federal, e a empresa ROBLEDO RESENDE - ME. Vigência: de 28/01/2016 a 31/12/2016. Data de Assinatura: 28/01/2016. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6.204/2007, Lei Complementar nº 147/2014, Dec. nº 7.892/2013, Dec. nº 8.250/2014, e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas pertinentes. Processo: 1.16.000.002208/2015-32. Cobertura Orçamentária: Elemento: 33.9.0.30. Atividade: 03062058142640001. Valor Total Estimado: R\$ 4.776,00 (quatro mil, setecentos e setenta e seis reais). Signatários: pelo Contratante, Paulo Ribeiro Branco Júnior, Secretário Estadual; e, pela Contratada, Maricléia Leopoldino Tavares, representante legal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2016

Espécie: Contratação de fornecedor para eventuais aquisições de adocante dietético líquido, por meio de Registro de Preços, com entrega parcelada, para atender às necessidades da Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF) e demais órgãos participantes, firmado entre a União, por intermédio da Procuradoria da República no Distrito Federal, e a empresa FJ PIN CONSULTORIA LTDA - ME. Vigência: de 28/01/2016 a 31/12/2016. Data de Assinatura: 28/01/2016. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6.204/2007, Lei Complementar nº 147/2014, Dec. nº 7.892/2013, Dec. nº 8.250/2014, e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas pertinentes. Processo: 1.16.000.002208/2015-32. Cobertura Orçamentária: Elemento: 33.9.0.30. Atividade: 03062058142640001. Valor Total Estimado: R\$ 319,50 (trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos). Signatários: pelo Contratante, Paulo Ribeiro Branco Júnior, Secretário Estadual; e, pela Contratada, Fabiana Cristina Uglar Pin, representante legal.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DO MARANHÃO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2014, de prestação de serviços de vigilância armada nas dependências da PRM-Caxias; Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Maranhão; Contratada: S H Vigilância e Segurança Ltda.; Objeto:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Apólice - Via Segurado

Filial 3-BELO HORIZONTE	Apólice 014142016000107750041460	Endosso 0000000	Proposta 696407	Dt. Emissão 11/02/2016
Grupo 7-RISCOS FINANCEIROS	Ramo 75-GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLI	Modalidade Executante / Obrigações Trabalhistas e Previdenci		

DADOS DO SEGURADO

Nome DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT		CNPJ 04.892.707/0001-00
Endereço SETOR DE AUTARQUIAS NORTE, NÚCLEO DOS TRANSPORTES Q-3	Número	Complemento BLOCO A
CEP 70040-902	Bairro	Cidade BRASILIA
		UF DF

DADOS DO TOMADOR

Nome SAMSEG SEGURANCA LTDA		CNPJ 06.335.565/0001-06
Endereço R OURO PRETO 81 - JD CAMBUI	Número	Complemento
CEP 35700-067	Bairro JD CAMBUI	Cidade SETE LAGOAS
		UF MG

A BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414, a seguir denominada "SEGURADORA", tendo em vista as declarações constantes da proposta de seguro mencionada, que lhe foi apresentada pelo "TOMADOR" acima identificado, proposta esta que, servindo de base para a emissão da presente Apólice, fica fazendo parte integrante deste contrato, obriga-se a indenizar o "SEGURADO" de acordo com as Condições Gerais, Especiais e Particulares anexas e que fazem parte integrante da presente apólice, as reparações pecuniárias decorrentes dos riscos do seguro, tudo de acordo com as condições gerais, especiais e particulares anexas.

GARANTIAS:

TOTAL DA IMPORTÂNCIA SEGURADA: R\$ 35.499,96 (TRINTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: DAS 24:00H DO DIA 12 DE JANEIRO DE 2016 AS 24:00H DO DIA 12 DE ABRIL DE 2017.

Ficam fazendo parte integrante e inseparável da presente apólice, os seguintes ANEXOS que ora ratificamos:

- 1) Demonstrativo de Prêmio;
- 2) Condições Particulares;
- 3) Condições Especiais;
- 4) Condições Gerais;

OBSERVAÇÕES:

- Apólice emitida conforme TERMOS E CONDIÇÕES DA CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de Setembro de 2013 e seus ANEXOS e PROCESSO SUSEP Nº 15414.902037/2013-11;
- Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP - www.susep.gov.br;
- DDG Berkley: 0800-7700797.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros - site www.susep.gov.br - Atendimento gratuito ao público Susep 0800-021-8484

CONDIÇÕES DE MODALIDADE

MODALIDADES	LIMITES	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA
4513-Executante / Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	R\$ 35.499,96	12/01/2016	12/04/2017

CORRETOR

100717258 - OMF TOTAL SEGUROS ADM E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Seguradora: BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414

Endereço: Rua Olímpíadas, 242 7º Andar - São Paulo - SP

CNPJ: 07.021.544/0001-89

SAC: 0800-777-3123

Para falar com a Ouvidoria Berkley ligue para: **0800-797-3444**
ou envie um e_mail para: ouvidoria@berkley.com.br

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por Signatários

ROBERT HUFNAGEL Nº de Série do Certificado: 7DAD57806B16498C Data e Hora Atual 11/02/2016 09:43:07 (ON)

ALEXANDRO BARBOSA SANXES Nº de Série do Certificado: 1B8449C4EE7AAE09 Data e Hora Atual 11/02/2016 09:43:07 (ON)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
Art 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de



a W. R. Berkley Company